

EXTENSÃO RURAL, GESTÃO PÚBLICA E ECODESENVOLVIMENTO: “A EXPERIÊNCIA DE RANCHO QUEIMADO – SC”

Álvaro A. Simon¹

INTRODUÇÃO

São raras as experiências de gestão ambiental nos municípios de Santa Catarina. Entretanto, a experiência piloto realizada em parceria entre a Epagri e a FAO na microbacia Rio Pequeno e a sua posterior transformação no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Rancho Queimado – PMDS/RQ oferece características que se aproximam da gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente², noção que tomamos como fundamental ao ecodesenvolvimento. Esta experiência contribuiu metodologicamente para os Projetos Microbacias 1 e PRAPEM/MICROBACIAS 2, que se constituem atualmente em duas das políticas públicas direcionada às questões do meio ambiente, de maior expressão em Santa Catarina. Neste resumo tentaremos sistematizar esta experiência de planejamento, em especial os conceitos utilizados e a forma de avaliação. Procuraremos mostrar o processo evolutivo que representa a abordagem patrimonial da qualidade na formulação de políticas públicas, como estratégia inovadora no tratamento dos problemas ambientais.

PALAVRAS - CHAVE: extensão rural, gestão pública e patrimônio comum.

CONTEXTUALIZAÇÃO E MÉTODO

A experiência se desenvolveu no marco da pesquisa-ação (PA) concebida a partir de orientações críticas, uma vez que a referência à noção de PA, por si só, não estabelece uma ruptura com certas formas de positivismo ou de instrumentalismo. Não vamos nos ater ao

¹ Extensionista da Epagri. Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, C.P. 502. 88034-901. Florianópolis, SC. email: simon@epagri.rct-sc.br

² O dicionário Robert indica que o meio ambiente é o conjunto das condições naturais e culturais que influenciam os organismos vivos e as atividades humanas, sugerindo que os processos legislativos ou a organização do trabalho constituem elementos do meio ambiente da mesma forma que o nível da qualidade do ar: tudo estaria contido em tudo. Tomamos a gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente como o conceito operacional de gestão ambiental assim como está definida na Agenda 21 (Brasil, 2000).

desenvolvimento teórico da proposta, para não sairmos da condição de resumo, apenas reforçar a tese de (Thiollent, 1983) onde o tema da ação é também central em discursos de cunho positivista ou neopositivista, como é o caso do funcionalismo, do sistemismo e da cibernética. Em síntese, podemos afirmar que o procedimento se deu em forma de auditoria patrimonial onde a qualidade dos sistemas sociais e ecológicos foram tomados como um patrimônio comum.

A pesquisa foi desenvolvida em conjunto com a FAO, através de três cartas de acordo³. Inicialmente o projeto piloto FAO/EPAGRI, como ficou sendo conhecido, desenvolveu uma metodologia que serve de instrumento para o desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas. Esta fase da experiência produziu um Sistema Integrado de Avaliação de Terras – SIRT, que subsidiou metodologicamente o Levantamento Agropecuário Catarinense - LAC. Mais tarde as lideranças do município de Rancho Queimado/SC solicitaram a replicação da experiência realizada na microbacia do Rio Pequeno para todas microbacias do município, como forma de colocar na prática as promessas de campanha eleitoral transformando-se no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Rancho Queimado – PMDS/RQ.

ENFOQUE PATRIMONIAL DA QUALIDADE

O PMDS-RQ está orientado pelo enfoque patrimonial da qualidade. O termo patrimônio aqui utilizado, não se refere fundamentalmente ao universo doméstico e à transmissão de bens entre diferentes gerações de uma família, mas à idéia de herança legada pelas gerações que nos precederam e que nós devemos legar intacta às gerações que nos sucederão (Godard, 1989). A partir disso, entende-se por patrimônio comum, uma totalidade de bens da comunidade que cuida do seu uso e de sua transmissão. Para os economistas, significa um bem suscetível de conservar para o futuro e suas possibilidade de adaptação aos usos não previsíveis no presente (Montgolfier et Natali, 1987).

A noção de patrimônio comum permite revelar uma natureza como qualquer coisa de abstrato e de inapropriável. A inapropriabilidade da natureza implica uma neutralização política do espaço visando uma ótica de gestão; dirige-se de fato para organizar a exploração racional da natureza, seria dizer, uma exclusão total do desperdício desconsiderado.

³ Ver Braga et al. (2002).

Fundamentalmente, a estratégia patrimonial busca a negociação nos processos de tomada de decisão contrastando com os paradigmas tradicionais centrados no decisor. Essa nova forma de agir focaliza como os atores participam da dinâmica e como cada um constrói a sua percepção em relação aos problemas em pauta e como percebe e é percebido pelo grupo.

Vieira e Weber (1997) constatam ainda, que o enfoque patrimonial recorre à noção de sistemas na experimentação de novos métodos de avaliação de processos de degradação ambiental permitindo assim, a consideração de fatores ecológicos e sociais. A modificação de padrão perceptivo e comportamental que os autores denominam de “pedagogia sistêmica para a cultura da complexidade”, inibe os pressupostos éticos do individualismo e de grupos, estimulando uma nova ordem de interações, constituindo um requisito indispensável de êxito em processos de negociações. Num sistema patrimonial de negociação, os atores que estão incluídos são portadores de diversos interesses, mas podem ser sensibilizados a desenvolver um interesse comum pela transmissão intergeracional da qualidade dos recursos e dos meios naturais. Nesses termos, o enfoque patrimonial provoca uma evolução considerável na elaboração de políticas públicas introduzindo novas orientações em via de estabelecer um contrato natural permanente de reconhecimento por nós mesmos dos direitos da natureza.

CONCLUSÃO

Em síntese, o PMDS-RQ propõe uma nova governança no espaço socioambiental delimitado pelos divisores municipais e a criação de novas institucionalidades, uma vez que aquelas existentes são incapazes de estimular a integração institucional e de saberes. Nessa linha constituiu-se o Conselho de Decisão Compartilhada – CDC, destinado a reunir o poder executivo e convidados especiais com o objetivo de animação e avaliação da situação em ação do PMDS. O CDC se reúne semanalmente e é coordenado pelo Prefeito Municipal assessorado diretamente pelo Coordenador de Projetos Especiais - (CPE), cargo criado pelas demandas do PMDS.

A necessidade de discutir e decidir sobre assuntos de interesse comum e sobre a situação em ação do PMDS gerou a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS. Participam deste conselho todos representantes dos demais conselhos municipais e os representantes eleitos (agricultores) das oito microbacias existentes no

município. Também tem assento neste conselho, o Poder Executivo e Legislativo. O CMDS se reúne mensalmente e toda vez que for demanda uma reunião extraordinária.

A outra figura institucional produzida pelo PMDS em Rancho Queimado foi a criação de um Fórum Municipal. Esse fórum é realizado duas vezes ao ano, uma em junho e outra em dezembro, com o objetivo de acompanhar os avanços do PMDS. O fórum de dezembro é realizado mais especificamente para avaliar a situação em ação, momento em que os efeitos se tornam causas de outros projetos para dar circularidade ao plano. A partir do que é discutido nesse fórum modificam-se os dispositivos pedagógicos de avaliação participativa que estão diluídos pelo município. Um desses dispositivos pedagógicos se constitui em placares que indicam a qualidade da qualidade, estrategicamente colocados nas entradas das microbacias de forma que toda população possa vê-los, toda vez que por ali passar.

BIBLIOGRAFIA

BRAGA ET. AL. *Sistema de informação do recurso terra – SIRT: projeto-piloto aplicado à microbacia hidrográfica Arroio do Tigre, Concórdia, Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis:EPAGRI, 2002. 34p. (EPAGRI. Documentos, 211).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Gestão dos recursos naturais: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira*. Brasília, 2000. 200p.

GODARD O. Jeux de natures: quant le débat sur l'efficacité des politiques publiques contient la question de leur légitimité, in *Matieu N. et Jolivet M., du rural à l'environnement*, Paris, l'Harmattan. 1989.

MONTGOLFIER J. de et NATALI J. M. *Le patrimoine du futur. Approches pour une gestion patrimoniale des ressources naturelles*, Paris, Economica. 1987.

THIOLLENT, M. Problemas de metodologia da pesquisa-ação. In: *Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino americano*. São Paulo: Cortez-INTERCOM. 1983.

VIEIRA, P. F. e WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez. 1997. p. 17-50.